



Di Blasi, Parente & Associados

# Agronegócio, Sustentabilidade e Economia Verde:

## A atuação do Congresso Nacional

A cada ano que passa, mais se fala sobre a importância da **sustentabilidade** nos mercados em geral. Assim como diversos setores que estão se adaptando nos últimos tempos às temáticas de **ESG** (Environmental, Social and Corporate Governance) ou **ASG** (sigla em português para a adoção das melhores práticas ambientais, sociais e de governança), o desenvolvimento da **Economia Verde**, que tem sido discutido há décadas, é considerado uma alternativa sustentável ao modelo econômico atual. Em 2021, essa alternativa ganhou ainda mais fôlego e visibilidade devido à pandemia da COVID-19, quando as questões ambientais e sociais tiveram mais relevância na recuperação das economias, colocando o **agronegócio** como um dos protagonistas nesse processo. Para o Brasil esta é uma boa notícia, uma vez que o **agronegócio brasileiro** vem exercendo um papel fundamental no crescimento econômico do país.

Além de fazer o Brasil se tornar um dos principais exportadores mundiais ao longo dos últimos anos, o PIB do agronegócio correspondeu a 26,6% do PIB brasileiro em 2020, segundo os dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Entretanto, os desafios ainda são grandes. A começar por garantir uma **produção** cada vez mais **sustentável, inclusiva, produtiva, consciente, tecnológica e capacitada**. É neste momento que analisamos a atuação do **Congresso Nacional** na produção e manutenção das **regulamentações** que fortaleçam o desenvolvimento da economia verde e a adesão da sustentabilidade nos negócios.

O **Governo** além de exercer um importante papel nas regulamentações e divulgação de projetos com potencial verde, é também o órgão protagonista na representação pública diante das **iniciativas internacionais de desenvolvimento sustentável**, como na última **Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2021 (COP26)**.

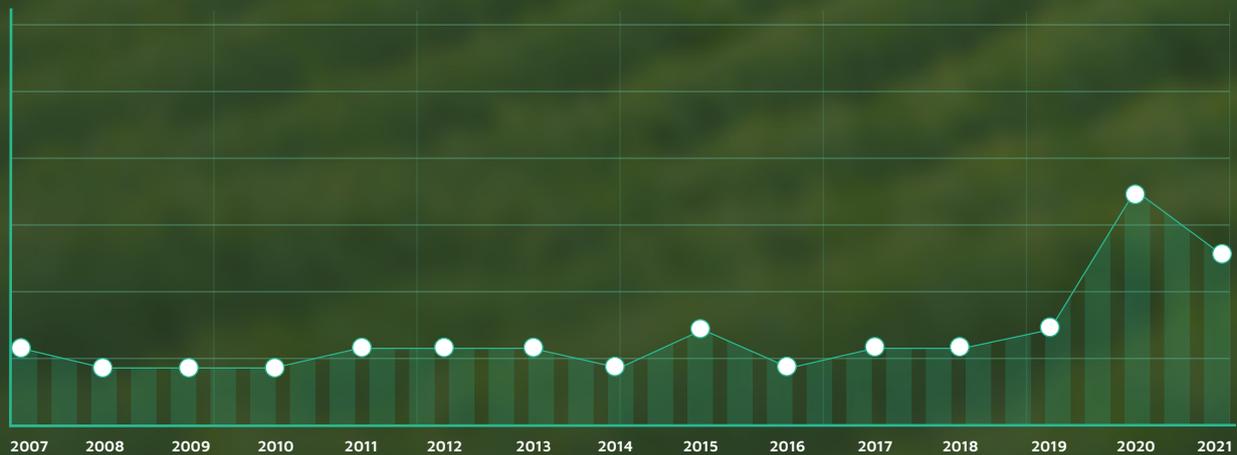
Os já citados princípios ASG são transversais e multidisciplinares, tornando-se possível reconhecê-los em diversas leis e normas no regulatório brasileiro. Do ponto de vista econômico, este é um fator importante para a tomada de decisão de um investidor que está atento para além das práticas corporativas, mas também ao contexto político-institucional e regulatório da região em que está atuando ou irá atuar.

O Brasil, apesar de enfrentar períodos de instabilidades em sua economia, tem dado acenos importantes para demonstrar seu interesse no que diz respeito ao **desenvolvimento dos negócios sustentáveis**. Por isso, unimos esforços entre o escritório Di Blasi, Parente & Associados e a plataforma Sigalei para entender como o Congresso Nacional está abordando a temática nas propostas de novas leis e regulamentações em discussão no legislativo.

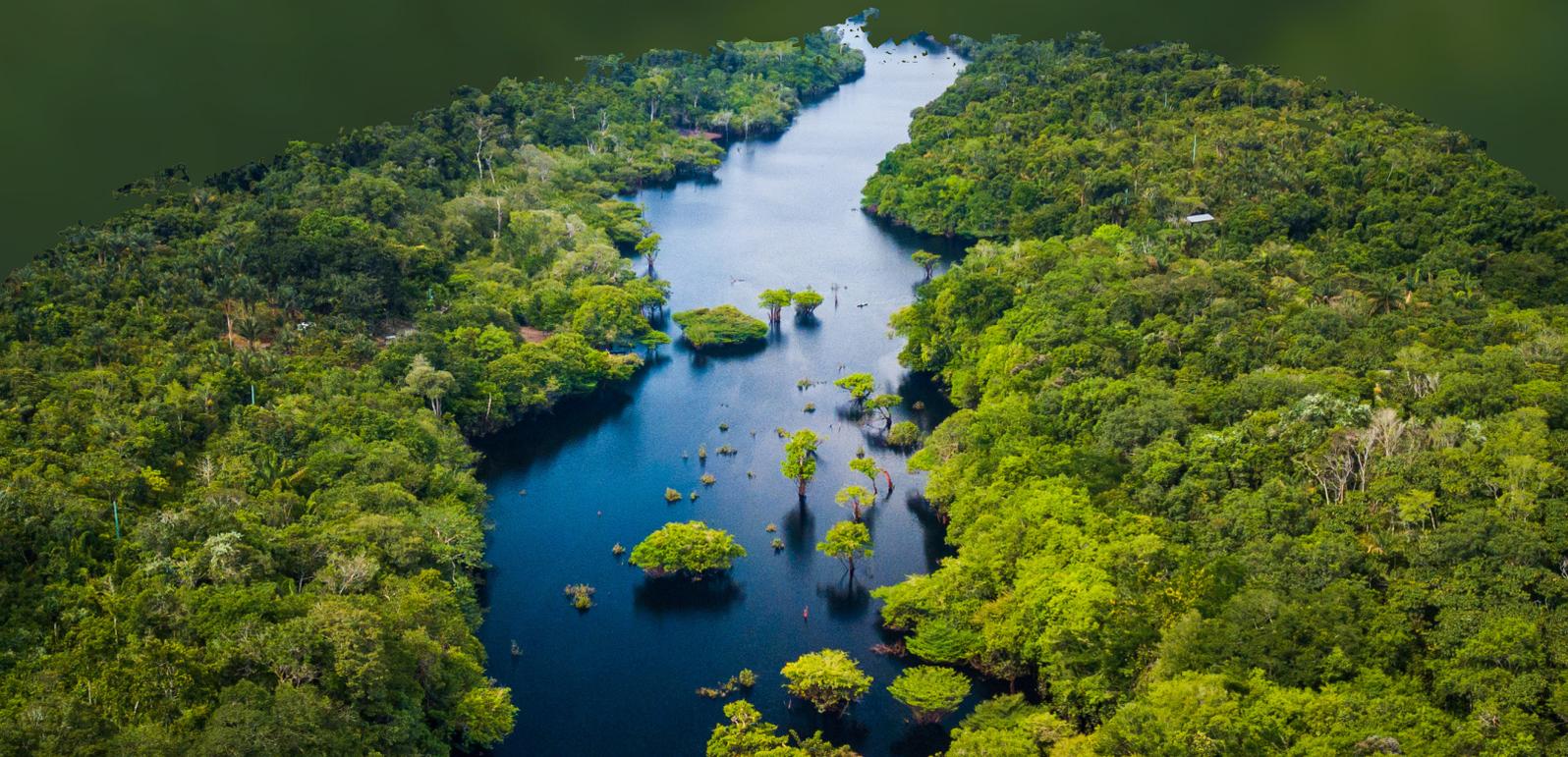


De acordo com levantamento realizado, foram encontradas **32 proposições tramitando** que se relacionam com temas de **Agronegócio, Sustentabilidade, Economia Verde e ASG**. Pelo gráfico abaixo, que aponta as datas de apresentação dos projetos de lei que versam sobre, observa-se que a temática tem crescido consideravelmente no legislativo federal a partir de 2015, apresentando um pico em 2020. É possível explicar essa alta significativa com o período pandêmico e a intensificação dos debates acerca das mudanças climáticas, conforme visto na COP26.

#### APRESENTAÇÃO



Fonte: Sigalei, 2021.



De forma mais detalhada, ainda de acordo com o levantamento, notamos que **economia verde** é o principal **issue** apresentado nas **proposições no Congresso Nacional**.

**PRINCIPAIS TEMAS DAS PROPOSIÇÕES**



Dos projetos de lei mapeados nos temas acima, a grande maioria foi apresentada e se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados (conforme gráfico abaixo). Disso, podemos entender que os temas de sustentabilidade, economia verde e ESG relacionados ao agronegócio são majoritariamente questões de interesse da sociedade no geral, já que estão sendo colocados em debate na Câmara (onde os deputados representam a população). Por outro lado, o Senado, que representa os interesses dos Estados e possui um único projeto de lei de grande impacto: o PLS 202/2013 que Institui a Política Nacional de Estímulo à Transição para a Economia Verde.

**QUANTIDADE DE PL POR CASA LEGISLATIVA**

Fonte: Sigalei, 2021.



Além deste levantamento dos projetos de lei, vale ressaltar que atualmente o poder público já desenvolve diversas iniciativas relacionadas à economia verde. Uma delas é a **Rede Legislativo Sustentável**, constituída pelo Tribunal de Contas da União (TCU), Senado Federal, Câmara dos Deputados e por demais órgãos e entidades da administração pública e da sociedade civil e que prossegue interesses comuns e promove discussão e a proposição de questões e iniciativas relativas à gestão pública sustentável e eficiente no Poder Legislativo.

O resultado deste mapeamento que mostrou de forma mais abrangente como o legislativo está abordando temas de grande impacto para o Agronegócio será um e-book com os detalhes dos projetos de lei que continuam na pauta para 2022. Fique de olho em nossas publicações para ter acesso a este material gratuito que poderá servir de apoio para planejar o monitoramento e ações de relações governamentais a partir do próximo ano.

